



BEM VIVER: UM CONCEITO ALTERNATIVO

Talita de Almeida ¹

RESUMO

O presente trabalho busca pensar a respeito da ideia denominada *Bem Viver*, que pode se apresentar como uma alternativa aos modos de vida contemporâneos, realizados sob o imperativo capitalista, ou seja, sob a lógica do acúmulo e do consumo. Nesse sentido, propusemos não apenas pensar a concepção da ideia de *bem viver*, em suas perspectivas andina e amazônica, como também realizar uma análise crítica a respeito do emprego do termo ‘desenvolvimento’, bem como quais as consequências provenientes do seu uso. Para tanto nos utilizamos metodologicamente da abordagem fenomenológica-crítica, buscando apoio nos pensadores no campo da Geografia Cultural e Humanista. Ainda, propusemos o uso contra-hegemônico da ideia de fronteira como forma de repensar os centros de influência que determinam as dinâmicas do nosso modo de vida, com a finalidade de reorientar-nos. Por fim, para ilustrar as práticas do bem viver, trouxemos o exemplo de como esse conceito tomou forma para os tupi guarani e como é concebido desde a perspectiva do povo Baniwa.

Palavras-chave: Bem Viver, Desenvolvimento, Fronteira, Povo Baniwa.

RESUMEN

El presente trabajo se propone reflexionar en torno a la noción de Buen Vivir, entendida como una posible alternativa a los modos de vida contemporáneos configurados bajo el imperativo capitalista, esto es, bajo la lógica de la acumulación y del consumo. En esta dirección, nos planteamos no solo abordar la concepción del Buen Vivir en sus perspectivas andina y amazónica, sino también desarrollar un análisis crítico del empleo del término *desarrollo* y de las implicancias derivadas de su utilización. Metodológicamente, recurrimos al enfoque fenomenológico-crítico, apoyándonos en aportes de pensadores del campo de la Geografía Cultural y Humanista. Asimismo, proponemos un uso contrahegemónico de la noción de frontera como estrategia para repensar los centros de influencia que configuran las dinámicas de nuestro modo de vida, con el propósito de reorientarlas. Finalmente, a fin de ilustrar las prácticas del Buen Vivir, se presenta el ejemplo de su materialización en la cosmovisión de los tupi guaraní, así como su concepción desde la perspectiva del pueblo Baniwa.

Palabras clave: Buen Vivir, Desarrollo, Frontera, Pueblo Baniwa .

¹ Mestranda pelo Curso de Geografia da Universidade do Estado do Amazonas – UEA/AM, tdamgoz4@uea.edu.br;



1. Introdução

Começemos com uma pergunta que é também uma provocação: afinal, o que é '*bem viver*'? A questão, que pode ser considerada filosófica, também pode nos levar a pensar que se trata de algo subjetivo, indefinível, algo cujo significado varia, dependendo a quem se pergunta. E se for?

Na verdade, bem viver pode até não ter uma definição rigorosa, mas para nos utilizarmos da ideia de um *bem viver*, aqui tratada como conceito, precisaremos buscar suas origens. E quando pensamos em origens, podemos encontrar aquilo que dá base para a ideia de '*bem viver*', e que, independentemente do sistema social em que estejamos inseridos, nos une a todos...o ponto comum que compartilhamos enquanto sociedade, que é sim percebido de diferentes maneiras, mas sem dúvidas nos une enquanto seres: o meio ambiente, o espaço da vida, a própria terra.

E é pensando sobre esse lugar em comum que poderemos compreender o *bem viver*. Vale ressaltar que, ainda que fiquemos tentados a relacionar a ideia de '*bem-viver*' com a de bem-estar, a qual estamos todos familiarizados pelo senso comum, em nada elas se assemelham, ao contrário. Isso porque seus pressupostos são completamente divergentes. '*Bem viver*' diz respeito a ao "*bem estar*" não apenas *na* terra, mas *com* a terra.

No presente artigo, apresentaremos o conceito de *bem viver*, elaborado da perspectiva dos povos originários, em especial na América Latina, a fim de contrastar os valores que são hegemônicos (relacionados ao "*bem-estar*"), com os valores transmitidos por esses povos, procurando assim pensar alternativas para o atual modelo de reprodução social, buscando encontrar aqueles que nos sirvam a todos e não somente a alguns. Pensaremos, portanto, em um conjunto de práticas e concepções de mundo que possam nos oferecer caminhos para superar o atual imperativo do desenvolvimento, já que este, como veremos, sustenta um ideal que tem mascarado em si inúmeras mazelas sociais. (ACOSTA, 2016.).

Diante do precipício socioambiental que está sendo desenhado por um mundo erigido sobre a ideologia capitalista, muitos pensadores têm se debruçado sobre as questões que refletem a realidade da Amazônia, seu lugar diante dos centros de decisão e também no espaço global. Junto a autores como Ricardo Nogueira, Bertha Becker, Alberto Acosta, bem como outros pares que pensam a Geografia do ponto de vista Cultural e Humanista e ainda, pensadores indígenas como Ailton Krenak, Kaká Werá e André Baniwa, o presente trabalho, partindo de uma abordagem fenomenológica-crítica, busca encontrar desdobramentos teóricos



e empíricos que possam nos ajudar a pensar alternativas às ideias de desenvolvimento e progresso, historicamente marcadas pelo imperativo da visão economicista.

Através da contribuição desses pensadores, procuramos nesse artigo demonstrar possibilidades, já existentes, que possam nos auxiliar na ressignificação do nosso modo de vida, servindo como alternativa a uma realidade que se impõem autodestrutiva.

Acreditamos que a difusão dessas ideias, que a centralidade desses que historicamente foram colocados à margem, possam nos sinalizar uma saída. Ao aprender com a filosofia dos povos originários, abrimos caminho para repensar nossa forma de perceber o mundo, desde um ponto de vista mais afetivo e harmônico com todos os seres.

Por fim, demonstramos como o bem viver é concebido, pensado e vivido para os povos Tupi Guarani e Baniwa, quais praticas e valores adotam e como percebem o mundo tal qual ele se mostra agora.

1.1 Metodologia

A metodologia utilizada no presente estudo foi o levantamento bibliográfico dentro da campo da geografia humana, de conceitos como desenvolvimento, fronteira, bem como o papel da Amazônia nas discussões geopolíticas. Foi utilizado para fins de estudo de caso o o livro intitulado “*Bem viver e Viver bem* segundo o povo Baniwa do Noroeste Amazônico” de André Baniwa, bem como uma revisão bibliográfica de autores indígenas como Ailton Krenak e Kaká Werá, a fim de compreender a a concepção de bem-viver.

2. Bem viver *versus* Desenvolvimento

O conceito de *bem viver ou viver bem*, que também pode ser descrito como *sumak kawsay* na língua Kíchwa (ou Quéchua) dos povos originários do Equador², como *Suma Qamaña* dos povos Aymara da Bolívia, ou ainda como *Tekoá Porã* em Tupi Guarani no Brasil, ficou amplamente conhecido a partir da sua inserção na constituição equatoriana aprovada em 2008, proveniente da demanda por reconhecimento dos direitos e dos modos de vida tradicionais dos povos originários andinos, sendo um marco dos direitos indígenas na América Latina (REIS, 2024). E não somente para os povos andinos, mas também para as

²Segundo o dicionário Kíchwa-Español, 2007, *sumak* significa, lindo, belo, bonito, primoroso, excelente. E *kawsay* significa vida. O termo *Sumak Kwasay*, que foi traduzido como “bem viver” em português, tem equivalente significado. (ACOSTA, 2016.10)



inúmeras famílias étnicas que vivem da floresta, ribeirinhos e caboclos, para os quais os modos de vida são integrados com todas as demais formas de vida. (ACOSTA, 2016)

É um termo, portanto, que remete ao viver intercultural e evidencia uma relação de amplo respeito entre toda vida do ambiente e entre todas as gentes, uma relação de harmonia entre as diferentes comunidades, das quais não estão excluídas as comunidades formadas pelas plantas, pelos minerais que compõem o solo ou pelos demais seres da natureza.

Essas outras formas de viver e estar no mundo vêm resistindo e lutando por reconhecimento, ganhando força e espaço não apenas enquanto práticas cotidianas, mas também dentro das discussões no universo político e acadêmico.

O *bem viver* para Alberto Acosta³, é um conceito em construção, que extrapola o contexto andino e amazônico. Ele carrega em si a possibilidade de transformação do modo de vida pregado hoje pelo (neo)desenvolvimentismo, e encontra correspondência nas culturas de outros povos originários, como citado anteriormente, nos Tupi Guaraní⁴, do sul do Brasil, ou ainda com a filosofia Ubuntu, de origem africana (ACOSTA, 2016. p.14), cujo significado remete diretamente ao senso de comunidade, podendo ser traduzido como “eu sou porque nós somos”.

É preciso recordar que a ideia de desenvolvimento historicamente é imposta desde os países colonizadores aos países colonizados, como nos lembra Oliveira Agra, (2020) tendo em consideração parâmetros que beneficiam diretamente os “países centrais” como Estados Unidos e aqueles que formam Europa Ocidental. Assim sendo, as realidades locais são completamente desconsideradas e recorrentemente tomadas como “atrasadas” diante da lógica por eles imposta. Não a toa, o sul global recebeu a denominação de subdesenvolvido diante de um norte global considerado desenvolvido e portanto, tomado como modelo a ser seguido:

Desse modo, desde o século XIX, o centro cria regras aos países vistos por eles como periféricos e subdesenvolvidos, aplicam um conjunto de políticas, instrumentos e indicadores para que esses países saiam do subdesenvolvimento e cheguem às condições impostas, ou seja, ao tão sonhado desenvolvimento, sem observar as características de cada lugar, sem respeito à cultura local ou ao ser que ocupa esses espaços.(OLIVEIRA AGRA. 2020. p. 18)

³Alberto Acosta é Político, economista, ex-ministro, ex-presidente da Assembleia Constituinte do Equador e autor do livro Bem-Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos, Ed. Elefante, 2014.

⁴Os termos *Teko Porã* ou *Nhadereko*, são a expressão equivalente em Guaraní, que se traduzem como bem viver ou ainda bons conviveres. (ACOSTA,2016.p.14)



É justamente da percepção que, para a realidade do sul global, a lógica de acumulação de capital, de produção e consumo visando lucro, apenas fez aumentar a desigualdades e está a serviço da histórica exploração dos recursos humanos e da natureza, que insurge a ideia de *bem-viver*.

Enquanto as sociedades ditas “centrais” e colonizadoras (literalmente) nos vendem a ideia de que a nossa qualidade de vida está atrelada a nosso poder de consumo, as sociedades colonizadas, as nações do chamado Sul Global, assistiram todos os outros aspectos fundamentais à manutenção da vida, como a diversidade de expressões culturais, a saúde, o censo de comunidade e cooperação entre os seres e o meio, etc, serem ofuscados e desvalorizados.

Essa percepção colocou a própria noção de desenvolvimento em questão, afinal, que tipo de desenvolvimento é esse que serve somente a alguns?

Nas palavras de Oliveira Agra (2020), nos é dado saber que:

[...] tem-se observado uma renovação da crítica ao desenvolvimento, onde um dos componentes provém, justamente, das preocupações ambientais, mas se focam no ser humano e no seu bem viver. Essas reflexões procuram ir às raízes culturais das concepções de desenvolvimento, e uma vez ali, entende que as alternativas podem e devem observar todos como iguais, humanos e, portanto, integrantes de povos e comunidades precisadas e merecedoras do bem viver. (OLIVEIRA AGRA, 2020. p. 16.)

Conforme dito acima, esse trabalho de redefinição dos ideais de desenvolvimento pretende questionar o imperativo da visão economicista como sinônimo de qualidade de vida. Portanto carrega no bojo de sua crítica a compreensão e construção do conceito de *bem-viver*, do ponto de vista dos povos da floresta.

Epistemologicamente, o conceito de *bem viver* é milenar, mas foi resgatado nas discussões da geografia e político e acadêmico, em um contexto onde a busca por alternativas emerge e se faz cada vez mais necessária, considerando os inúmeros impactos sociais e ambientais pelos quais o atual sistema capitalista é responsável. O *bem viver* surge como expressão de um modo de vida, desde dos povos Andino-Amazônicos, aos quais o atual sistema não contempla, tendo em vista a ampla desigualdade causada por sua lógica de lucro e acumulação. Uma lógica onde a economia e o aspecto financeiro foram tornadas variáveis com o maior peso dentro da equação que regula a vida, mas que não democratiza o acesso aos



bens que produz. Uma lógica que transforma tudo em mercadoria, em produto e consumo, e que impede o crescimento de dinâmicas outras, que operem contra suas regras.

Porém, onde há imposição, há resistências, e os povos originários vêm resistindo há séculos. Dessa vez não seria diferente.

O *bem viver*, como filosofia e modo de vida, questiona justamente o cerne do discurso ideológico vigente pautado na ideia de desenvolvimento. O que é esse tal desenvolvimento? Desenvolvimento para quem? O que os países colonizados e explorados têm de fato ganhado com essa ideologia? Onde estão contempladas as pluralidades dos modos de vida?

O “desenvolvimento”, segundo Acosta (2016) é um conceito que, historicamente, pouco foi colocado em questão, pois a narrativa hegemônica o considera sempre como estando a serviço do “progresso”, do “avanço”, e coloca nele diversos sobrenomes: econômico, ambiental, sustentável, etc. a fim de que ele seja adaptado às demandas que surgem, acalmando os ânimos das questões que são levantadas contra o sistema hegemônico, e garantindo uma manutenção da mesma ordem.

Um exemplo que podemos citar trata de como ele, o desenvolvimento, foi adaptado e cooptado pela lógica capitalista diante das críticas crescentes ao excesso de exploração dos recursos naturais e impactos ambientais e climáticos que ganharam força nas últimas décadas. Produtos com selos verdes e “sustentáveis” passaram a encher as prateleiras dos mercados e assim o sistema se refez em si mesmo. “Com o olhar do colonizador, que vê lugares e não pessoas, o desenvolvimento segue sua trajetória como um conjunto de textos que integram o discurso colonizador”. (OLIVEIRA AGRA, p.19)

É aqui portanto que o conceito de bem viver entra em cena. Diferentemente do que possa parecer, bem viver não diz respeito às formas de conforto material as quais estamos todos, enquanto sociedade capitalista e colonizada, acostumados a pensar. Ele não diz respeito ao acúmulo de riquezas, de bens de consumo e de propriedades. Pelo contrário: baseia-se na vivência das comunidades locais, andinas, indígenas, amazônicas e ribeirinhas, cuja lógica de vida não é regida pelo consumo e menos ainda pelo acúmulo. Esse conceito bebe da fonte da cultura dos povos originários da América do Sul e se espelha neles para reafirmar os modos de vida, alternativos à lógica hegemônica, valorizando a diversidade cultural e étnica, o senso de comunidade entre os seres humanos e entre todas as formas de vida. O bem viver compreende que os espaços e a paisagem não são apenas materiais, mas também simbólicos. Que não dizem respeito somente às necessidades dos homens e mulheres, mas de todos os seres.



A fim de entender a emergência de pensarmos e ampliarmos o eco do *bem-viver*, vejamos como a narrativa do desenvolvimento têm operado até aqui.

2.1 Desenvolvimento e geopolítica

Do ponto de vista geopolítico, que trata das relações de poder no espaço geográfico, Bertha Becker⁵ (2005) nos ajuda a refletir sobre o significado e os impactos do desenvolvimento, e principalmente, compreender quais os reflexos desse desenvolvimento na região amazônica.

Primeiramente é preciso explicitar que quando falamos de desenvolvimento, do ponto de vista do sistema capitalista, estamos tratando majoritariamente do desenvolvimento econômico, já que o capital e a “produção de riqueza” são os grandes motores da ideia contida nesse conceito na contemporaneidade, sendo eles os sinônimo do progresso dentro desse sistema.

Historicamente sempre foi o Estado quem teve o papel de definir os usos e ocupação dos territórios a partir da implementação de suas políticas públicas. Mas se atualmente considerarmos a revolução tecnológica ocorrida nas últimas décadas e o estabelecimento do capitalismo globalizado, acompanhado de sua rede informacional e financeira, podemos perceber que o Estado tem sofrido diversas “coerções” (ou seriam acordos?) Becker (2005, p.71) que influem diretamente nas definições desses usos, impostas pela grande rede de circulação do capital internacional.

Considerando o processo de globalização e de evolução dos sistemas tecnológicos e de comunicação, a Amazônia que sempre foi considerada uma periferia no sistema mundial e até mesmo nacional, viu crescer sobre seu território as disputas por apropriação de seus espaços e dos seus recursos naturais. Vale observar aqui que, deste ponto de vista, a floresta é mais um recurso, um produto a ser utilizado a serviço da lógica das necessidades econômicas nacionais e internacionais (BECKER, 2005). Reforçamos que a narrativa principal evidencia e reitera a lógica centro-periferia, onde os países centrais detêm a tecnologia avançada e os países periféricos, (leia-se toda a América Latina) são vistos como reservas de riquezas naturais.

Foi principalmente na década de oitenta que assistimos o crescimento a respeito do desenvolvimento mais famoso do final do século, o desenvolvimento sustentável. Porém o

⁵ Geógrafa Brasileira (1930-2013). Doutora e Livre-docente pelo Instituto de Geociências da UFRJ, com pós-doutorado pelo Department of Urban Studies and Planning, MIT, EUA. Foi também professora titular aposentada da UFRJ e membro da Academia Brasileira de Ciências. Conhecida como "*cientista da Amazônia*", pois seu principal tema de pesquisa era a geografia política da Amazônia e do Brasil. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bertha_Becker.



capitalismo, como já citado, coopta sistematicamente as ideias e as transforma em produtos. Encontra maneiras de gerar lucro a partir delas. E o que poderia ser uma renovação da lógica exploratória acabou tornando-se propaganda para as grandes corporações. Considerando a crise ambiental em voga, adaptaram seus produtos à demanda dos consumidores e passaram a difundir discursos sobre práticas “ambientalmente corretas” ou “sustentáveis”. Práticas essas que muitas vezes estão aquém de uma alternativa real à lógica exploratória vigente. (OLIVEIRA AGRA, 2020 e BECKER, 2004). E assim, mais uma vez o sistema se refaz e submete novamente todas as necessidades que emergem da sociedade, em produtos a serem consumidos.

A própria Bertha Becker (2005) afirma que:

[...] há uma necessidade de organização da sociedade para impedir o livre jogo das forças de mercado em relação aos elementos vitais para o homem. Para tanto, foram criados sindicatos para proteger o mercado do trabalho e organizadas associações para regular o mercado da terra e o papel do estado tornou-se fundamental. Que vamos fazer no Brasil, e qual deve hoje ser nossa reação? Temos todos esses trunfos – florestas, biodiversidade, água; como a sociedade e o governo brasileiro devem se comportar em relação ao seu uso? Hoje, o movimento de mercantilização é irreversível e temos de saber como lidar com ele. (BECKER, 2005. p. 78)

Nesse sentido, a Amazônia se mostra como um exemplo vivo dessa nova forma de operar da geopolítica. A possibilidade de visualizar a Amazônia de cima e dimensioná-la a partir do uso de satélites, em vez de promover a responsabilidade coletiva pelo meio ambiente, foi subvertida para um olhar sobre uma imensa reserva de recursos para a expansão da economia. É o que Bertha Becker denomina de “paradigma de fronteira”, e que, segundo a autora, é o que define toda formação da América Latina. (BECKER, 2005. p.72). Mas, se a Amazônia está sendo vista apenas de fora e tida como mercadoria e reserva de recursos ou mesmo como bem público, aonde estão as pessoas, a cultura, as vidas e as formas de viver nela presentes?

Para a autora, porém, não há saída à mercantilização, e é preciso compatibilizar o crescimento econômico, a conservação dos recursos naturais e a inclusão social. E esse tem sido o discurso mais proeminente dentro do campo político (progressista) e também geográfico. Mas evidentemente, por mais sensata que pareça essa alternativa, a tentativa de conciliação entre desenvolvimento econômico e qualidade de vida segue sendo privilégio de poucos, e o respeito e harmonia com a diversidade de modos de vida encontrados na floresta, dentro da atual dinâmica, segue incompatível com esse sistema.



Claro, de fato, questionar o sistema capitalista parece um jogo perdido, afinal, as buscas por reinvenção sempre acabam por tratar de “outras formas de desenvolvimento”. Sempre que uma alternativa se apresenta, mantém-se inquestionável a ideia contida no termo “desenvolver”. Acontece que a crença no desenvolvimento, em suas muitas roupagens, têm produzido miséria em larga escala, destruição do meio ambiente, de modos de vida, e nas últimas décadas, ameaçado a própria possibilidade de manutenção da vida.

As resistências que surgem nos mostram que justamente essa lógica, pouco posta em questão, e que tem deixado impraticável a vida em sociedade, precisa ser repensada. São essas resistências que podem nos apresentar caminhos, possibilidades, alternativas. Se “são crescentes os interesses ligados à valorização do capital natural, que tende a se sobrepor à lógica cultural” (BECKER, 2005. p.78) deverá ser ousada à altura a proposta para combater essa lógica. Por isso a importância de erguermos a bandeira do *bem viver*.

Ainda, se a globalização trouxe a possibilidade de dimensionarmos a Amazônia em relação ao mundo e ao Brasil, ela também, por outro lado, expandiu através dos sistemas de comunicação a socialização, os saberes que são produzidos pelos povos da floresta, evidenciando inclusive os conflitos e disputas não só pelos espaços territoriais, mas pela narrativa a respeito da cultura e dos seus modos de vida. E como valorizar e replicar as lógicas vigentes nessas formas de vida alternativas?

3. A fronteira como centro

A própria ideia de fronteira/periferia pode aqui ser repensada⁶, afinal, se parece não existir nada “fora” do sistema capitalista, usemos a lógica dominante para promover a mudança que se faz necessária, questionando desde dentro as definições que nos foram impostas.

Se fronteira pode ser designada, entre outras coisas, como a definição político territorial que delimita os Estados-Nação, ela também se refere a um espaço periférico, oposto ao centro, um limite, uma margem. Acontece que cada vez mais, dos pontos de vista político e cultural, as fronteiras/periferias vêm reivindicando sua centralidade. (NOGUEIRA, 2007). Essa “centralidade” fronteiriça diz justamente a respeito das lógicas próprias do intercâmbio

⁶ A fronteira pode se constituir num espaço de identidade territorial a partir de basicamente duas formas: 1) quando o ‘ser da fronteira’ diz respeito a um contraponto às regiões centrais, sendo essencialmente nacional. Aqui a fronteira é um espaço de referência identitária exclusivamente nacional. e 2) quando o ‘ser da fronteira’ diz respeito a uma interação de identidade binacional, em que os dois lados se reconhecem como fronteiriços e com tal identidade e forma de relacionamento frente aos respectivos estados nacionais. Ser da fronteira aqui significa uma superação dos limites formais do Estado Nacional, sendo a sociedade civil o principal agente da interação.



cultural presente nos espaços de fronteira. Ao tomarmos a fronteira como centro temos a possibilidade de deslocar nosso olhar e iniciar um processo de lógica decolonial. Afinal:

Deve-se ter a compreensão de que os conceitos são históricos e, por isso mesmo sua adaptação e ressignificação decorrem das mudanças produzidas pelo movimento da sociedade, são portanto um processo.(NOGUEIRA, 2007. p. 30)

A própria Amazônia, transfronteiriça, expressa sua interculturalidade não somente do ponto de vista político-geográfico, mas principalmente cultural. Se perguntarmos aos povos originários sobre fronteiras, dificilmente encontraremos ecos no conceito geopolítico. Não a toa, as ideias expressas pelo *bem viver* dos países andinos ressoa também aqui, e entre todos os povos da floresta.

Por isso mesmo, não deixa de ser também política a atitude de colocar no centro esse espaço periferizado que é a Amazônia, já que: “essencialmente relacional, a fronteira é, regra geral, um espaço definido pelo outro que está num centro (etnocêntrico), sendo portanto, subordinado” (NOGUEIRA, 2007. p.29). Assim, da insubordinação ao deslocar nosso olhar, observaremos desde o centro das dinâmicas dos povos originários e ribeirinhos as redes de relações, a multiculturalidade presente, as formas e modos de vida que são configuradas por uma outra relação entre tempo e espaço e que a partir daqui possam ser difundidas para fora.

Se existem um centro, e é a partir dele que se exerce o controle, então ao reivindicar para si mesmo as decisões e formas de ser no mundo, ao exercer cotidianamente um modo de vida contra-hegemônico, esses povos produzem e reproduzem uma cultura de resistência que pode indicar uma luz no fim do túnel. Para tanto é preciso que reconheçamos esse espaço como um lugar de vivências e experiências próprias, de valores culturais diversos, de imaginação e percepção que consideram primeiramente a harmonia entre as diferentes culturas (etnias) e todos os serem que constituem a vida. (NOGUEIRA, 2020. p.32)

4. A prática do Bem Viver

Afinal, o que é *bem viver* e como essa ideia pode de fato expressar uma alternativa diante de uma forma de vida que vêm servindo à destruição da própria vida?

Ele é antes de tudo, um projeto de desconstrução e reeducação, de descolonização do pensamento, pois exige que nós todos possamos nos reorientar diante da vida e cultivar valores que promovem a harmonia e o censo de comunidade, hoje sobrepujados pela competição que é promovida no modelo capitalista.



Para os Tupi Guarani, segundo o pensador Kaká Werá, o bem viver nasce da cosmovisão de que o sol é o pai da vida, e a terra, a mãe da vida. Deles nasce tudo que somos e conhecemos, são nossa origem primordial. Sendo a terra a mãe, ou *pacha mama*⁷, ou *abya yala*⁸, é intrínseca a relação de respeito e devoção dos povos originários a ela e a todos os seus filhos, nossos irmãos. O *Bem viver*, para esses povos, supõem três premissas fundamentais: o *bem pensar*, o *bem sentir* e o *bem fazer*. O bem pensar se refere a capacidade de contemplação das ideias, de meditá-las e não agir reativamente diante de um contexto que gere estresse. O bem sentir refere-se a conhecer a natureza fluida das emoções, tanto boas como ruins, e ao reconhecer sua natureza, não permanecer preso a elas, que naturalmente virão e passarão. E o bem fazer refere-se ao cuidado com o lugar, com a casa, com o ambiente e com as relações, buscando uma convivência harmônica na comunidade e no meio ambiente (WERÁ, 2024).

Muitos rituais, celebrações e danças dos povos indígenas vêm dessa filosofia e dessa cosmovisão sobre a terra enquanto doadora da vida, assim, uma boa coleta de frutas ou uma boa pesca, deve ser celebrada como um presente (WERÁ, 2025).

A compreensão desse conceito demanda primeiramente que façamos o exercício de nos sensibilizar para a possibilidade de uma outra lógica de conceber o mundo, que não se restringe à conceitos ou premissas aos quais estamos acostumados, ou seja, diferentemente da filosofia que encontramos no cerne do pensamento ocidental, a cosmovisão dos povos originários solicita a ativação de uma percepção através dos sentires, uma percepção que contemple a inter-relação entre as formas de existência, uma percepção que contemple a interdependência entre aquilo que é dual (céu e terra por exemplo) e uma compreensão de que há outras formas de entendimento da vida, muito mais simbólicas, como expressam tantas mitologias indígenas.(GOMES,2024).

Como dito anteriormente, temos vivido sob um sistema que atravessa as formas de vida locais, mas que segue uma lógica global, que define e delimita quem tem acesso a bens de consumo, que hierarquiza nossos valores, que coloniza nossa narrativa e nossas escolhas. Uma perspectiva criada e manejada desde fora. E ainda, que produz amplamente o discurso de que a qualidade de vida se expressa a partir da nossa possibilidade de desejar e consumir bens materiais.

Também dissemos que para atuar de forma contra hegemônica precisamos centralizar essa fronteira nacional (e global), evidenciar e trazer para o centro esse espaço periferizado

⁷ Em Quéchua ou Aymara significa “A Grande Mãe”, como referência à Terra. (ACOSTA, 2016)

⁸ Nome indígena para o continente americano, pelo qual as populações circulavam desde sua origem, significa “Terra viva” ou ainda “terra em florescimento” e se relaciona à cosmologia da origem da vida. (WERÁ, Kaká. *Visões indígenas sobre o bem-viver* [recurso sonoro]. Produção: Casa do Saber, 2020. Disponível em: Audible. Acesso em: 16 set. 2025.)



que é a Amazônia, e mais do que ela, as formas de vida dos povos originários que, resistindo historicamente, podem nos mostrar saídas, alternativas políticas e culturais, e formas de ressignificar o jeito de estar no mundo.

Ailton Krenak (2020) expressa com maestria o nosso tempo:

Nesse momento, estamos sendo desafiados por uma espécie de erosão da vida. Os seres que são atravessados pela modernidade, a ciência, a atualização constante de novas tecnologias, também são consumidos por ela. Essa ideia me ocorre a cada passo que damos em direção ao progresso tecnológico, estamos devorando alguma coisa por onde passamos, (p.95)

Ele também nos lembra que para que as coisas se modifiquem, será necessário reativar nosso senso de comunidade, atuarmos a partir da compreensão de que sozinhos não temos como promover qualquer mudança, e principalmente, de que, apesar do discurso utilitarista a que somos submetidos, a vida não é útil:

A vida é tão maravilhosa que a nossa mente tenta dar uma utilidade a ela, mas isso é uma besteira. A vida é fruição, é uma dança, só que é uma dança cósmica, só que a gente quer reduzi-la a uma coreografia ridícula e utilitária. [...] Por que insistimos em transformar a vida em uma coisa útil? Nós temos que ter coragem de ser radicalmente vivos, e não ficar barganhando sobrevivência. Se continuarmos comendo o planeta, vamos todos sobreviver por só mais um dia.(p.109)

E é exatamente disso que se trata o bem viver. Um conceito que engloba um projeto de reeducação do nosso olhar diante da vida, uma revisão de valores diante dos fatos que, conforme ilustramos, têm tornado a vida não só desigual, mas insustentável.

Quando nos abrimos às inúmeras possibilidades de estar no mundo, reproduzidas nas multiculturais expressões e modos de vida dos povos originários, estamos não definindo uma solução, mas certamente abrindo caminho para contrapor o paradigma economicista que rege o mundo.

Vejamos por exemplo, com os Baniwa, como é possível adotar dinâmicas de vida que podem ser consideradas universais, comuns a todos nós, mas que hoje se tornaram uma corrente de pensamento alternativa dentro da lógica da produção/acumulação/ competição.



No alto do Rio Negro, os Baniwa promoveram em 2016 sua *I Conferência Baniwa sobre Educação e Organização Social* e nela debruçaram-se sobre o bem viver para seu povo, conscientes de que, sendo o *bem viver* aquilo que representa seu modo de vida, ele está constantemente sendo ameaçado e destruído pelos “colonizadores, pelo Estado Brasileiro, pelo capitalismo e pelas Igrejas” (BANIWA, 2019.p. 15.)

E como resgatar o bem viver para os Baniwa? Primeiramente reconhecendo a importância da luta pela legitimação constitucional dos direitos dos povos indígenas, tal qual fizeram nossos vizinhos Bolívia e Equador. Segundo, fortalecendo e apropriando-se da educação escolar, para não mais reproduzir uma cultura e valores que atentem contra suas formas de vida. Terceiro, reconhecendo que a interculturalidade é motor da vida em comunidade e que é através das trocas, das práticas da cultura e da tradição, que se podem fortalecer e difundir os valores referentes à vida e à natureza. Reconhecendo a necessidade de reafirmar o conhecimento ancestral sobre a importância da convivência respeitosa entre os seres, homens e toda a vida. (BANIWA, 2019)

Os Baniwa sabem que no atual contexto, absorver o melhor do novo sem perder a tradição pode promover um bem viver maior do que se apegar exclusivamente à tradição ou, ao contrário, abdicar da tradição em nome do novo. Nas palavras de André Fernando Baniwa (2019):

[...] A Interculturalidade é coisa do ser humano, é coisa do ser vivente. A aprendizagem de outras culturas e tradições sempre acontece e se processa a partir da própria perspectiva que incorpora outros conhecimentos, sem perder seus próprios sistemas, suas originalidades. A originalidade do ser é a sua marca, a sua identidade, e é muito importante no meio da sociedade.(BANIWA, 2019. p. 31)

E a reflexão que ele segue levantando é talvez uma das lições mais valiosas para manutenção da nossa vida em sociedade: “devemos nos perguntar, que mundo é esse que está mudando? Quem é o mundo?” [...] “Pois se o espaço, a terra, a lua e as estrelas são os mesmos, o que é que está mudando?” Talvez assim possamos nos atentar para o fato de que o problema somos nós mesmos e, a partir daí, começar a agir para melhorar o que está tão insuportável e só traz o mal viver no mundo hoje (BANIWA, 2019. p.32).

Os Baniwa chegaram à conclusão de que, para seu povo, o “bem viver e o viver bem são resultados de várias e boas ações praticadas no dia a dia” (BANIWA, 2019 p.33) e que



essa ideia não é tampouco uma invenção recente, mas que pertence a essência dos seres humanos desde sua origem.

Segundo os Baniwa, bem viver vêm de *ipedzokhetti*⁹, conceito que na tradução para o português significa amor. (BANIWA, 2019) Esse termo denota uma ação consistente, resultante de boas práticas, ações pautadas por valores que nem sempre são fáceis de se alcançar, mas que estão ao alcance de todos (BANIWA, 2019).

Nesse sentido, o bem viver provém de um esforço do ser humano para manter-se numa conduta ética e correta, o que equivale a buscar harmonia nas vivências, expressa por um conjunto de práticas como: “refletir sempre antes de uma ação para evitar transtornos e consequências indesejáveis”; “Buscar conhecimento e sabedoria para evitar que se faça uma coisa de qualquer jeito”; “acatar conselhos para errar menos e ter fé para concretizar sonhos”(p. 37), entre outros.

Os Baniwa propõe que o bem viver englobe a manutenção dos conhecimentos tradicionais, da língua, da cultura, dos mitos e crenças, das artes e plantas medicinais, da organização social, familiar e da vida em comunidade. Afirmam que o bem viver também passa por conhecer seus direitos e atuar de forma cidadã junto aos governos, bem como pelo direito de promover sua cultura para outros povos. Defendem ainda, que os indivíduos devem manter boa saúde, evitando sentimentos como inveja, ciúme, raiva, preguiça ou desrespeito. Assim como praticar boas maneiras como boa convivência na escola, em família, em comunidade; manter diálogo e saber ouvir, ter iniciativa e se interessar pela história e conhecimentos dos sábios e idosos; ajudar o próximo e ensinar quem precisa. Também saber aconselhar quem errou e obedecer aos líderes. (BANIWA, 2019. p. 46)

Concluimos portanto, que o bem viver passa, antes de mais nada, por uma conscientização crítica da realidade que nos cerca e nos conduz a todos a um modo de vida desrespeitoso para com outros serem humanos e não humanos. Exige de nós, auto responsabilidade, exige que um olhar crítico se volte sobre nós e nossos valores, para que aprendamos com outras práticas, para que possamos alterar nossa perspectiva sobre as práticas sociais, para que descolonizemos nossas mentes e possamos operar sobre uma lógica outra, onde a ética valha mais que o lucro.

O bem viver, essa proposta em construção, sustenta em comum um desejo por harmonia entre as formas de vida, sociedades que não queiram acreditar numa distribuição igualitária do excedente que é produzido, mas que precisem de menos, que aprendam com a

⁹*Ipedzokhetti* ou amor pode ser descrito como *mawadzakadalitsa*, aquele que nunca acaba [...] é aquilo que ninguém criou, pois sempre existiu [...] mas precisa ser aprendido, precisa ser usado – e é preciso se dedicar a isso. (p.34). Significa : Tratar tudo, as pessoas ou o próximo, com amor, inclusive o inimigo.



simplicidade da vida, que ela não é uma corrida, mas um passeio. E que nos ajudem a difundir e ampliar práticas que nos conduzam a ser melhores, em vez de ter mais. (ACOSTA,2016).

5. Considerações Finais

Procuramos demonstrar em nosso trabalho, como é urgente a necessidade de repensar nossas formas de reprodução social, de concepção de valores e de percepção sobre a realidade que nos cerca. Ao lançarmos um olhar crítico sobre ideias preconcebidas desde fora e amplamente aceitas através de um processo de colonização do pensamento, como é o caso do desenvolvimento; Ao questionarmos nossa posição de fronteira diante da lógica global, reivindicando nossa centralidade, poderemos encontrar novas formas de ser e estar no mundo.

Quando nos lançamos na busca de alternativas à realidade que se impõem, observando suas contradições, podemos encontrar nos sujeitos, na cultura e na ancestralidade do nosso povo, outras maneiras de perceber e conceber a vida.

O bem viver, essa filosofia milenar dos povos da floresta, entende a vida desde uma perspectiva mais ampla, holística, e por isso mesmo, de forma mais harmônica e respeitosa com todos os seres. E é valioso observar como esses povos resistem e permanecem como guardiões dessa sabedoria, que pode ser o ponto de partida para uma mudança de paradigma necessária.

A ministra Marina Silva¹⁰, que é também uma filha da floresta, disse em entrevista ao jornalista Bruno Torturra que “há um limite para ter, mas não há um limite para ser”¹¹. Com isso, ela ilustra que enquanto produzirmos e utilizamos recursos para atender ao nosso atual padrão de consumo, assistiremos o agravamento dos recados que terra têm mandado. É como diz KRENAK, 2020 “estamos comendo a terra, devorando ela”(p. 35). Mas podemos modificar o paradigma, mudar o ideal do ter, para o ideal do ser.

Em última instância, é essa a ideia contida no bem viver. Se não há um limite para ser, podemos transformar a nós mesmos, ilimitadamente. Se o bem viver parece utópico, ele é certamente uma chama que ressoa dentro de muitos de nós, e principalmente, naqueles que são exemplos vivos da pluralidade dos modos de vida e da convivência intercultural, os povos tradicionais.

¹⁰ Marina Silva é Acreana, filha de seringueiros, historiadora, professora, psicopedagoga, ambientalista e política brasileira, filiada à Rede Sustentabilidade. Atualmente é ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, cargo que exerceu anteriormente entre 2003 e 2008. Fonte: wikipedia: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Marina_Silva>.

¹¹ Entrevista concedida para o repórter Bruno Torturra realizada em Brasília, no Parque Olhos D'Água, no dia 2 de outubro de 2015, para o canal Estudio Fluxo. Disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=-jfrFmdN5mI>.



REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução: Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016. 264 p.

BANIWA, André F. *Bem Viver e Viver Bem segundo o Povo Baniwa do Noroeste Amazônico Brasileiro*. Curitiba: UFPR, 2019. 64 p.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLqzF3KgB7qRTWdg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2025.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson da; SILVA, Viviane Vidal da; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; LIMA, Luís Augusto Pereira. Nova fronteira de expansão e áreas protegidas no estado do Amazonas. *Mercator*, Fortaleza, v. 20, e20025, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/WmJQXFBr4PcCYxMTYxmVDpw/?lan>. Acesso em: 23 abr. 2025.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. Pesquisa e organização: Rita Carelli. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Fronteira: espaço de referência identitária?. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 27-41, dez. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/3013/3051>. Acesso em: 16 mai. 2025.

OLIVEIRA, J. A. As cidades da natureza, a natureza das cidades e o controle do território. In: XIII COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2014, Barcelona. *El control del espacio y los espacios de control*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2014. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6950>. Acesso em: 10 jun. 2025.

OLIVEIRA, Lívia de. Sentidos de lugar e de toponímia. *Geograficidade*, Niterói, v. 3, n. 2, p. 4-15, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12867/pdf>. Acesso em: 3 jul. 2025.

OLIVEIRA AGRA, Klondy Lucia de. A necessária decolonização de mentes para o bem viver. *Revista Presença Geográfica*, vol. 7, n. esp. 02, 2020. Disponível em: <http://portal.amelica.org/ameli/jatsRepo/274/2741508008/index.html>. Acesso em: 10 jun. 2025.



REIS, Rodrigo A. dos. *Vivir Bien na fronteira: um olhar da geografia humanista e sua discussão na fronteira Brasil - Bolívia*. 2024. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2024.

SILVA, Josué da Costa. O modo de vida das populações tradicionais da Amazônia. In: RIBEIRO, Wagner Costa; JACOBI, Pedro Roberto (org.). *Amazônia: alternativas à devastação*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/688>. Acesso em: 16 set. 2025.

WERÁ, Kaká. *Tekoá: uma arte milenar indígena para o bem viver*. 1. ed. São Paulo: Best Seller, 2024. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/dp/B0CSKR4THX>. Acesso em: 16 ago. 2025.

WERÁ, Kaká. *Visões indígenas sobre o bem-viver* [recurso sonoro]. Produção: Casa do Saber, 2020. Disponível em: Audible. Acesso em: 12 set. 2025.